

30. Reembolso do pagamento de taxas e licenças pagas pela empresa Proeza Poética, S.A, no âmbito do Contrato de Investimento

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta suprarreferida a fim de esclarecer se, de facto, era intenção do Município incluir nos incentivos a conceder à empresa Poética Proeza, S.A, no âmbito do Contrato de Investimento, a designada Taxa Municipal de Urbanização conforme documentos em anexo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 30557

Data: 26/03/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: Reembolso do pagamento de taxas e licenças pagas pela empresa Proeza Poética, S.A, no âmbito do Contrato de Investimento

PROPOSTA: Submeter ao Executivo Municipal a fim de esclarecer se, de facto, era intenção do Município incluir nos incentivos a conceder à empresa Poética Proeza, S.A., no âmbito do Contrato de Investimento, a designada Taxa Municipal de Urbanização.

O Chefe de Divisão

Anexos:

1. Informação técnica.

Nº Informação: 30564

Data: 26/03/2024

Processo :2024/350.30.001/22

Assunto: Informação de reembolso de taxas

Através do E/8149/2024 a empresa “Proeza Poética, S.A.”, NIF: 515639460 é solicitado o reembolso parcial de taxas e licença, de 54.5%, no âmbito dos benefícios fiscais (Regulamento n.º 789/2016 do Município de Braga) que lhe foram concedidos por deliberações do Órgão Executivo, de 17 de outubro de 2022, e do Órgão Deliberativo do Município de Braga, de 05 de dezembro. de processo n.º **RII01/2022**.

Da análise ao pedido de reembolso, informa-se o seguinte:

1. Foram emitidas as faturas n.º 017/9761/2022, de 19/04/2022, e 23.17/23145, de 09/08/2023, relativas a diversas taxas de licenças municipais, nos valores de 467.881,18€ e 44.630,53€, respetivamente;
2. Tais faturas foram pagas pela empresa;
3. Os montantes das taxas cobrados contemplados nas faturas são referentes às seguintes taxas:
 - a. Taxa Municipal de Urbanização - 76.411,52€
 - b. Taxa de Compensação - 426.264,26€
 - c. Outras taxas - 9.835,23€
4. No Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB) em vigor (Regulamento nº973/2016 de 26 de outubro de 2019), a compensação por não cedência de terrenos para equipamentos e espaços verdes públicos decorrente da aprovação de operações urbanísticas encontra-se regulada no Título III (artigos H-3/1º a H-3/8º);
5. Da análise das normas legais resulta que as compensações, ainda que em numerário ou espécie (nº4 do artigo 44º do D.L. 555/99) não são passíveis de isenção e/ou redução;
6. Relativamente à TMU, foi legalmente consignada nos artigos 116º e 117º do D.L.555/99 de 16 de dezembro, e encontra-se igualmente prevista no Título II do mesmo Código Regulamentar (artigos H-2/1º a H-2/5º);
7. No seu artigo H-2/5º, que seguidamente se transcreve, encontram-se especificadas as isenções de pagamento da taxa municipal de urbanização:

Artigo H-2/5.º Isenções

1 - Estão isentas de pagamento de taxa municipal de urbanização:

a) As operações urbanísticas cuja execução tenha sido objeto de acordo celebrado entre o Município e os particulares e desde que tal isenção fique estabelecida no respetivo contrato;

b) Por deliberação da Câmara, ou despacho do seu Presidente, as habitações de carácter unifamiliar, com área bruta de construção inferior a 240 m², pertencentes a famílias de fracos recursos, mediante demonstração da sua insuficiência económica devidamente comprovada através de inquérito socioeconómico;

c) Os empreendimentos a que, por deliberação da Câmara Municipal, venha a ser reconhecido interesse ou relevância económica ou social para o Município, bem como, mediante deliberação do mesmo órgão, os empreendimentos da iniciativa de pessoas ou entidades, devidamente legalizadas, que prossigam, na área deste Município, fins de carácter cultural, social, religioso, desportivo ou recreativo;

d) As operações de loteamento e as construções inseridas em prédios vendidos ou doados pelo Município de Braga".

8. Compulsado o contrato de Investimento entre o Município de Braga, a Agência para a Dinamização Económica, E.M, e a. Proeza Poética, S.A., constata-se que se refere, na cláusula 6º, que a Proeza Poética, S.A. beneficiará dos seguintes incentivos ao investimento:

a) Incentivos sobre o Valor bruto do IML de redução de 54.5%, pelo período de 3 anos (...);

b) Incentivos sobre o valor das taxas municipais a pagar, nos termos do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, de redução de 54.5% (...);

9. Nada se refere, pois, em relação à isenção de TMU;

10. Assim, a exemplo do que sucedera em contratos de concessão de incentivos ao investimento anteriores, também aqui se mostra desejável, - e uma vez que o contrato nada diz quanto a isso -, que o mesmo seja presente ao Executivo Municipal a fim de esclarecer se, de facto, era intenção do Município incluir nos incentivos a conceder a designada Taxa Municipal de Urbanização, na linha do proposto na informação jurídica n.º 12314 de 18/04/2019.

11. Informa-se, por último, que os 54,5% de isenção concedidos traduzem-se no reembolso dos seguintes montantes (excluídas as compensações):

a. TMU: 41.644,28 € (76.411,52 € x 54,5%)

b. Outras taxas: 5.360,58 € (9.835,23 € x 54,5%)



Despacho da Chefe da Divisão dos Serviços Jurídicos e Contencioso

Concordo com o parecer da Dra. Helena Pereira. Deverá remeter-se ao Sr. Diretor Municipal, e, em caso de concordância, ao Sr. Presidente.

Despacho do Sr. Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva

Concordo

6/5/2019

Despacho do Sr. Vereador, com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 6 de novembro de 2017

Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal

As Entes Municipais.

19/05/2018

Informação: 12314 de 18/04/2019

Assunto: Reembolso taxas Processo 95/URB/PROC/2016

Informação:

Relativamente à questão suscitada, cumpre informar:

Enquadramento fáctico:

1. As sociedades Kwadrum S.A. e Bysteel fs., S.A., apresentaram uma candidatura no âmbito do projeto de Concessão de Incentivos ao Investimento no Município de Braga;
2. O processo foi remetido ao Conselho de Administração da Investbraga, para pronúncia relativamente ao pedido apresentado;
3. "O Conselho de Administração da IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., decidiu propor, em face do projeto de investimento apresentado pelas promotoras, a aprovação de declaração de interesse económico deste projeto e da minuta de contrato de investimento que elaborou e propor também à Kwadrum, S.A. e à Bysteel fs, S.A., incentivos sobre o valor bruto de IMI de redução de 87,5% pelo período de 5 anos, de incentivos sobre o valor das taxas municipais a pagar, nos termos

4.

do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, de redução de 87,5%.”, cf. despacho elaborado pela Administração, a 6.09.2017;

5. A 18.09.2017, a Bysteel fs S.A., liquidou, através da fatura n.º 009/18936 as taxas devidas no âmbito do processo 95/URB/PROC/16, que se cifravam em €56.067,07, dos quais €44.436,73 eram concernentes à Taxa Municipal de Urbanização;
6. A candidatura foi aprovada por maioria, em reunião ordinária da Assembleia Municipal de 17.11.2017;
7. A 04.03.2018 a sociedade Bysteel fs, S.A., veio solicitar a alteração do promotor do investimento, pretendendo passar a constar no contrato de investimento como única promotora, uma vez que, seria a entidade requerente junto do Município, do processo de licenciamento urbanístico do edifício construído e porquanto ser a superficiária do terreno no qual seria implantada a unidade industrial;
8. Uma vez que estávamos perante uma modificação subjetiva contratual, foi o pedido submetido a prévia aprovação por parte da Assembleia Municipal;
9. O pedido viria a ser aprovado pelo órgão deliberativo do Município, a 30.04.2018;
10. A 22.06.2018, através do documento com a referência E/40263/2018 veio a requerente Bysteel fs. S.A., requerer a redução de 87,5% das taxas que havia pago, ao abrigo do previsto no Contrato de Incentivo ao Investimento.

Enquadramento Legal:

11. O Regulamento n.º 789/2016, estabelece as regras e condições que regem a Concessão de Incentivos ao Investimento no Município de Braga;
12. No seu artigo 3.º, sob a epígrafe “Concessão de Incentivos”, refere que “Os incentivos a conceder poderão revestir várias modalidades, nomeadamente:
 - a) Isenção, total ou parcial, de taxas municipais, nos termos do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais;
 - b) Concessão de benefícios fiscais nos impostos a cuja receita o Município tenha direito, nos termos da lei e do presente regulamento;”
13. Densificando o previsto no Regulamento, ficou outorgado entre as partes – Município de Braga, IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., e Bysteel fs S.A. – na cláusula 6.ª do Contrato de Investimento, que *Sob condição de aprovação pela Assembleia Municipal de Braga, a Bysteel beneficiará dos seguintes incentivos ao investimento:*

- a) *Incentivos sobre o valor bruto do IMI de redução de 87,5% pelo período de 5 (cinco) anos (segundo a fórmula de cálculo do regulamento de incentivos e com base no plano de investimento em anexo);*
- b) *Incentivos sobre o valor das taxas municipais a pagar, nos termos do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, de redução de 87,5% (segundo a fórmula de cálculo do regulamento de incentivos e com base no plano de investimento em anexo).*

- 14. Se dúvidas não resultam relativamente aos benefícios fiscais no que concerne aos impostos – designadamente o IMI – o mesmo não se dirá em relação à redução das taxas municipais pagas.
- 15. A dúvida reside no facto de, não se encontrar prevista, especificamente, a Taxa Municipal de Urbanização no leque de taxas que poderão ser objeto do incentivo previsto no contrato de investimento.
- 16. No entanto, analisado o então vigente Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, aferimos que o mesmo apenas trata de questões procedimentais, não fixando o *quantum* das taxas a pagar (sejam elas quais forem);
- 17. Pelo que sempre poderíamos afirmar que, como o Regulamento Municipal de Taxas se aplicava a todas as taxas, também aqui se deveria incluir a TMU.
- 18. Ademais, se atentarmos à formula segundo a qual se atribui classificação para efeitos de atribuição dos incentivos, denotamos que um dos parâmetros se relaciona com "*Taxas Municipais devidas por emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificação e respetiva utilização*",
- 19. O que parece querer significar que aquando da elaboração do Regulamento n.º 789/2016, se pretendeu tomar em consideração também as taxas urbanísticas.
- 20. Na verdade, ainda nos "Considerandos" do Contrato de Investimento, pode ler-se que "*A Bysteel pretende realizar um investimento, no Concelho de Braga, no valor de 10.464.167,71€. Este investimento envolve a construção de uma nova unidade fabril (...)*";
- 21. Pelo que, o propósito da Bysteel quando se candidatou a este incentivo, foi também, a redução das taxas concernentes à operação urbanística referida no ponto que antecede.
- 22. Facilmente se percebe essa pretensão, quando, analisada a fatura paga, no valor de 56.067,07€, aferimos que, 79% desse valor diz respeito à TMU.



Somos, portanto, a concluir que:

1. O Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento prevê a possibilidade de atribuir vários incentivos, como sejam, por exemplo, a isenção, total ou parcial, de taxas municipais, nos termos do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais;
2. No contrato de investimento outorgado, as partes acordaram uma redução de 87,5% sobre as taxas previstas no regulamento referido do ponto que antecede.
3. Apesar da TMU não estar especificamente prevista no Contrato de Investimento, em bom rigor, nenhuma taxa está prevista no Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, uma vez que este não fixa o *quantum* das taxas a pagar, mas apenas o procedimento de cobrança (para todas as taxas recebidas pelo Município);
4. No entanto, dos critérios de apreciação dos pedidos de incentivos, consta um parâmetro designado por Taxas Municipais devidas por emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificação e respetiva utilização, o que parece evidenciar que não se pretendeu afastar do lote de incentivos a conceder as taxas devidas pela realização de operações urbanísticas.
5. Ressalve-se, porém que, apesar de o Regulamento de Incentivos ao Investimento parecer permitir a isenção de quaisquer taxas municipais, o incentivo relativamente às taxas urbanísticas não ficou, em concreto, redigido no contrato outorgado pelas partes.
6. Do artigo 13.º do Regulamento n.º 789/2016, sob a epígrafe "*Dúvidas e Omissões*" resulta que "*Quaisquer omissões ou dúvidas relativas à interpretação e aplicação do presente Regulamento serão resolvidas pela Câmara Municipal de Braga, com observância da legislação em vigor.*"
7. Assim, resultando dúvidas, *in casu*, se poderá proceder-se à devolução de 87,5% das taxas pagas pela Bysteel, nomeadamente a percentagem relativa à TMU, proponho que se remeta o presente processo ao executivo municipal, a fim de esclarecer se, de facto, era intenção deste Município incluir nos incentivos a conceder, a TMU.

À consideração superior,

A Jurista,